

A PSICOLOGIA ESCOLAR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS BRASILEIRAS

Bianca Estevão da Silva Porto¹, Natalia Barreto Góes¹, Thainara Maria Magri¹ e Kirlla Cristhine Almeida Dornelas²

¹ Acadêmica de Psicologia na Faculdade Brasileira – Multivix – Vitória

² Docente do curso de Psicologia na Faculdade Brasileira – Multivix – Vitória

RESUMO

A Psicologia Escolar Educacional, campo de conhecimento da psicologia que tem por finalidade produzir saberes sobre o fenômeno psicológico no processo educativo teve seus primeiros registros como área de conhecimento que buscava estudar a aprendizagem durante o século XIX. Também é considerada uma especialização da psicologia que tem como principal aspecto conhecimento teóricos e práticos acerca do desenvolvimento emocional, cognitivo e social, utilizando-os para compreender o processo de aprendizagem como também realizar direcionamento a equipe educativa em busca de obter aprimoramento no processo de ensino e aprendizagem. Diante do exposto, neste trabalho objetivamos identificar os desafios contemporâneos do Psicólogo Escolar para exercer seu papel nas instituições de ensino públicas brasileiras. Para tal foi feita pesquisa bibliográfica e exploratória, sendo utilizados na pesquisa artigos em indexadores digitais aplicando os seguintes descritores de busca: psicologia escolar, psicólogo escolar e atuação do psicólogo escolar, que foram feitos separadamente pois assim obtivemos um número maior de resultados. As fontes utilizadas para a pesquisa e coleta de dados científicos foram: Scielo, PePSIC e LILACS. Os resultados apontam que ainda existe a visão clínica do profissional de psicologia nas escolas. Contudo, observou-se que a presença do Psicólogo Escolar nas instituições de ensino vai além do ensino-aprendizagem escolar, proporcionando dessa forma, o desenvolvimento subjetivo de cada aluno através dos aspectos psicológicos, históricos e sociais.

Palavras chave: psicologia escolar, atuação do psicólogo, escolas públicas.

ABSTRACT

Educational School Psychology, a field of knowledge in psychology that aims to produce knowledge about the psychological phenomenon in the educational process, had its first records as an area of knowledge that sought to study learning during the 19th century. It is also considered a specialization of psychology whose main aspect is theoretical and practical knowledge about emotional, cognitive and social development, using them to understand the learning process as well as directing the educational team in search of improvement in the teaching process and learning. Thus, this work aims to identify the contemporary challenges of the School Psychologist to exercise their role in Brazilian public education institutions. For this purpose, bibliographical, documentary and exploratory research was carried out, using articles in digital indexes using the following search descriptors: school psychology, school psychologist and school psychologist's performance, which were done separately because this way we obtained a greater number of results. The sources used for the research relied on scientific platforms such as: Scielo, PePSIC, LILACS. The results indicate that there is still a clinical view of the psychology professional in schools. However, there is a great need for this to provide a healthy education approach because that the psychological aspects going beyond teaching-learning skills and touch the subjective development of education, based on cognitive, psychological, historical and social aspects.

Keywords: school psychology, psychologist performance, public schools.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Escolar Educacional, campo de conhecimento da psicologia que tem por finalidade produzir saberes sobre o fenômeno psicológico no processo educativo teve seus primeiros registros como área de conhecimento que buscava estudar a aprendizagem durante o século XIX. A partir disso, esta tornou-se prática profissional dando origem ao Psicólogo Escolar, que tinha como função solucionar problemas escolares (PASQUALINI et al., 2013).

A Psicologia Escolar Educacional, assim nomeada no princípio, teve seus primeiros registros no âmbito escolar durante o século XIX. Um dos primeiros trabalhos realizados no Brasil, foi baseado nas teorias de Stanley Hall, psicólogo e educador americano, pioneiro nos estudos sobre desenvolvimento infantil e psicologia educacional e por Alfred Binet, pedagogo e psicólogo francês da época que desenvolveu testes psicométricos que avaliavam a inteligência humana. Esses trabalhos se configuraram no Brasil a fins de produção de conhecimentos técnicos relacionados à medicina e a educação. Foram criados laboratórios psicológicos vinculados a algumas escolas em diversas partes do território brasileiro. Os laboratórios tinham como prática realizar pesquisas juntamente com os alunos portadores de necessidades especiais e dificuldades de aprendizagem (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Segundo Cassins (2007), durante o período de 1889 a 1930, conhecido como República Velha, essa prática se encontrou, por muito tempo, direcionada à aplicação de testes psicológicos, que tinha por finalidade mensurar capacidades e habilidades em busca da identificação de possíveis patologias. Também, realizava acompanhamento psicológico e vocacional, além do treinamento de professores (DIAS et al., 2014).

A influência das ideias psicométricas, realizadas pelos psicólogos no Brasil, possibilitou diversos questionamentos da população e pensadores sobre o método em questão. Pois este, relacionava-se intrinsecamente ao conceito de classificação de pessoas sem avaliar o indivíduo como um todo. Por volta de 1918, já no século XX, Ulisses Pernambucano, um médico brasileiro dedicado à psiquiatria trouxe o conceito da Escola Normal em Recife, que tinha como objetivo a classificação de

crianças intituladas anormais, ou seja, aquelas que não correspondiam aos bons resultados escolares ou que possuíam alguma psicopatologia. Contudo, essa postura de classificação impossibilitaria esses indivíduos de vivenciar um sistema educacional regular podendo criar um sistema negativo de comparação. Nesse sentido, mediante esses trabalhos, percebe-se a necessidade de intervenção dando início a um movimento pioneiro para auxiliar essas crianças possibilitando o desenvolvimento da aprendizagem através dos conhecimentos emocionais, cognitivos e sociais (BARBOSA; SOUZA, 2012).

Em 1930, ao fim da República Velha e início da Era Vargas, o país vivenciava uma nova concepção sobre crianças com dificuldades de aprendizagem e necessidades especiais. Essas novas noções buscavam interpretar as dificuldades apresentadas pelos indivíduos incluindo seu contexto social e, foram sustentadas por dois principais representantes, Helena Antipoff e Manoel Bomfim. Helena Antipoff foi responsável por defender questionamentos a favor das pessoas com deficiência mental no estado de Minas Gerais na década de 30, pregando ideais que garantiam recursos em educação, saúde e desenvolvimento de capacidades as crianças ditas anormais pelo Estado. Esta década também foi marcada pelos trabalhos de Manoel Bomfim, que concluiu que os testes de inteligência apresentados por Binet tinham a necessidade de ser contextualizados deixando para traz a interpretação das crianças como máquinas e aderindo os resultados ao seu contexto social para que assim, pudesse aplicar a psicologia na educação (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Essa nova fase da Psicologia Escolar Educacional foi considerada um período de consolidação da profissão, trazendo novas perspectivas de atuação, crescendo no país. É neste momento que a Psicologia começa a ser inserida verdadeiramente nas instituições escolares, pois nesta época o Brasil tinha um alto índice de analfabetismo, um sistema educacional mal estruturado e apenas uma pequena parte da população tinha acesso à educação. Mediante as concepções trazidas por Helena Antipoff por exemplo, que ocorreram mudanças políticas, econômicas e sociais, ocasionando diversas modificações no âmbito escolar como educação gratuita a toda população em idade escolar, uma escola mais ativa que tinha como

objetivo colocar o aluno como foco possibilitando atividades práticas levando-o a aprender de modo mais dinâmico (BARBOSA, 2012).

Se antes a Psicologia Escolar Educacional estava vinculada a outras áreas de conhecimento, agora vem sendo compreendida como um campo de saber com objeto de estudos específicos, direcionando o olhar para a criança que não aprende. Tem como estudo os processos de desenvolvimento e aprendizagem voltados para o público infantil, vinculada aos processos educacionais. As testagens psicológicas ainda eram existentes, porém em menor escala e os resultados eram interpretados considerando o contexto social em que o indivíduo estava inserido (COTRIN, 2010).

São nessas décadas entre 1930 e 1962, que a Psicologia Escolar Educacional se edificou, através dos pressupostos da psicologia pedagógica, infantil, da Escola Normal, do uso de testes psicológicos e da orientação clínica para crianças que apresentavam problemas educacionais, referindo-se a ideia de pensamento higienista, ou seja, era necessário separar a população infantil dita normal da anormal na qual havia uma identificação, seleção e classificação (MENEGOTTO; FONTOURA, 2015).

Em 1962 no período marcado pela Ditadura Militar no Brasil, a Psicologia é regulamentada como uma profissão pela Lei Nº 4.119 de 27 de agosto de 1962, e inicia-se a fase da Psicologia Educacional e do Escolar, que representava o olhar do profissional de psicologia para os fenômenos ocorridos com o aluno no contexto escolar, dando continuidade a todo desenvolvimento de trabalhos das décadas anteriores. Neste período eram frequentes a elaboração de laudos de crianças em idade escolar e encaminhamentos das mesmas para as escolas especiais depois denominadas classes especiais. Iniciou-se também, uma forte demanda de trabalho com características clínicas com foco na criança-problema como era chamada o indivíduo em idade escolar que não aprendia naqueles tempos (BARBOSA, 2012).

Entre os anos de 1970 e 1980 começa a se utilizar a nomenclatura “Psicologia Escolar” que se refere ao campo de atuação do profissional de psicologia que realiza intervenções em instituições escolares ou relacionadas a ela, tendo como objetivo as manifestações psicológicas, baseadas em saberes científicos, oriundos da Psicologia e da Psicologia Educacional. Seu interesse ainda estava pautado no

aprendiz, ou seja, o aluno, cuja principal função profissional era entendê-lo para colaborar no seu processo de aprendizagem (BARBOSA; SOUZA, 2012).

Em 1981 a psicologia escolar sofreu um grande marco, impulsionado por uma tese de doutorado realizada por Maria Helena Souza Patto, fomentou críticas acerca do trabalho do psicólogo nas escolas por estar vinculado a um modelo médico/clínico. Em sua tese a autora propunha abandonar a atuação clínica e buscar novas formas de entendimento sobre o fracasso escolar, possibilitando um debate crítico em torno da identidade e a função do psicólogo na escola (BASSANI; PINEL, 2011).

A crítica realizada por Patto (1981), produziu um avanço em pensamentos e discussões no campo da educação, mas principalmente na psicologia. Esta agora, passava a repensar sua identidade e seus modelos de atuação nos espaços escolares assumindo uma prática social nos campos teóricos e na prática. Esses pensamentos, possibilitaram uma ruptura entre a psicologia e a escola, por acreditar que deve se dar importância ao contexto social em que o indivíduo está inserido para que ocorra uma avaliação psíquica mais eficaz (MENEGOTTO; FONTOURA, 2015).

Barroco e Zibetti (2018) retratam que, ainda durante o século XX no Brasil, o Estado passou a propor a educação escolar como direito de todos cidadãos. Foi a partir da Constituição Cidadã de 1988, que o Estado começou a assumir responsabilidades com as demandas sociais, respaldando constitucionalmente as políticas públicas no campo da educação. Esses fatos impulsionaram a Psicologia que passou a ganhar espaço na área da educação (MORAES et al., 2019).

Embora a prática no Brasil ainda seja vista por grande parte da população como um modelo clínico nas escolas, o Psicólogo Escolar contribui juntamente com os educadores em busca da promoção da aprendizagem e do desenvolvimento escolar de crianças, partindo de uma perspectiva teórico e prática integral. Dessa forma o profissional trabalha não só com aspectos cognitivos, mas busca o desenvolvimento emocional, social e cultural através da intervenção entre aluno, escola, família e comunidade. Logo, a Psicologia Escolar traz consigo uma história de luta e resistência impactando em suas atividades profissionais atuais (GUZZO et al., 2010).

Assim, a Psicologia Escolar é considerada uma especialização da psicologia que tem como principal aspecto conhecimento teóricos e práticos acerca do desenvolvimento emocional, cognitivo e social, utilizando-os para compreender o processo de aprendizagem como também realizar direcionamento a equipe educativa em busca obter aprimoramento no processo de ensino e aprendizagem. Conta com a participação de uma equipe multidisciplinar especializada para realizar o trabalho com dificuldades de aprendizagem e comportamentais, trabalhando o desenvolvimento de habilidades sociais assim como outros fatores essenciais para a vida do indivíduo (VIANA; FRANCISCHIN, 2016).

Sobre o assunto, autores Santos e Gonçalves (2016), esclarecem que, no Brasil, a Psicologia Escolar foi reconhecida como uma especialidade pelo Conselho Federal de Psicologia somente no ano de 1992. Perante isso, o CFP destaca que o modelo de atuação do Psicólogo Escolar nas instituições de educação deve possibilitar a produção de pesquisas, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva, podendo ser de forma grupal ou individual. Weis (2001) diz que o dever deste profissional com o aluno, envolve aspectos emocionais relacionados ao desenvolvimento afetivo, ao processo de adquirir novos conhecimentos, culminando na produção escolar, que são características do processo de aprendizagem. O autor relata também a importância do vínculo entre família e escola para promover um aprendizado saudável aos alunos, uma vez que problemas afetivos estão relacionados na maior parte das vezes a estes dois contextos, refletindo assim na produção escolar do aluno (SANTOS; GONÇALVES, 2016).

A prática do Psicólogo Escolar exige principalmente da compreensão dialética entre a relação da história do indivíduo consigo mesmo e com o seu contexto sociocultural. Há a necessidade de realizar trabalhos interpessoais, de desenvolvimento de ações envolvendo todo os mais diversos profissionais do âmbito escolar, pois é nesse espaço onde surgem os diálogos para que os problemas existentes com o aluno e demais partes institucionais possam ser avaliadas em busca de uma solução de problemas, estabelecendo novas perspectivas sobre o aluno e evitando rótulos (MEDEIROS; AQUINO, 2011).

Dessa forma, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), atualmente no Brasil, definem a

função oficial do Psicólogo Escolar e Educacional vinculada à atuação no âmbito formal de pesquisas educacionais, diagnósticos e intervenção preventiva ou corretiva. Elabora técnicas, participa de projetos pedagógicos, reformulação de currículos, de políticas educacionais, de todo o processo que envolve ensino-aprendizagem (CFP, 2013).

É nesse contexto que se faz necessário discutir as políticas públicas que impulsionaram o surgimento da lei 13.935/2019, que prevê a atuação obrigatória de um Psicólogo Escolar em cada instituição de ensino pública brasileira. De acordo com alguns autores, as políticas públicas compreendem ações diversificadas e específicas, regulamentadas por diretrizes documentais, que tem como objetivo trazer respostas às necessidades da sociedade e também fornecer garantia aos direitos sociais de diversas áreas, como saúde e educação. Essas políticas vão se estruturando de acordo com o país, conforme suas necessidades (MORAES et al., 2019).

Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o princípio da Lei N°13.935/2019

De acordo com Viana e Francischini (2016), desde o ano 2000, tramitava no Congresso Nacional Brasileiro o Projeto de Lei N° 3688/2000, que previa a introdução de assistente social e psicólogo juntamente aos profissionais de educação nas redes de ensino público, em busca de formar equipes multidisciplinares nas escolas de Educação Básica. Essas equipes seriam constituídas por profissionais da área de Psicologia e Serviço Social, atuando juntamente com pedagogos ou coordenadores pedagógicos, de acordo com cada rede ou sistema educacional, permitindo a atuação em conjunto desses profissionais (CFP, 2019).

Em 12 de setembro de 2019 foi aprovado por unanimidade, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 3.688/2000, citado anteriormente, que disponibiliza serviços da Psicologia e de Serviço Social nas Redes Públicas de Ensino Básico. O projeto conta com a participação da atuação de Psicólogos e Assistentes Sociais, em busca de atender às demandas prioritárias definidas pelas políticas educacionais, atuando de forma multiprofissional (CFP, 2019).

Este Projeto de Lei, que vinha sendo discutido desde os anos 2000, entrou em votação após solicitações do Conselho Federal de Psicologia (CFP), juntamente com os Conselhos Regionais de Psicologia, com a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), que realizaram diversas audiências em busca de garantir esses serviços nas Redes Públicas de Ensino Básico (CFP, 2019).

De acordo com o Projeto de Lei (PL), destaca que no Artigo 1º, as equipes de trabalho multiprofissionais devem desenvolver ações direcionadas para uma melhor qualidade do processo de ensino-aprendizagem, contando com a participação de toda comunidade escolar, atuando ainda nas relações sociais e institucionais (BRASIL, 2019).

Nesse mesmo contexto, após a aprovação do Projeto de Lei, que garantia a participação de profissionais de Psicologia e de Serviço Social nas Redes Públicas de Educação Básica, a Presidência da República veio a vetá-lo. Com isso, Conselhos Federais de Psicologia e Serviço Social, juntamente com diversas entidades da Psicologia e do Serviço Social, mobilizaram-se pela derrubada do veto nº 37/2019 no Congresso Nacional (CFP, 2019).

Em 12 de dezembro de 2019, por meio da determinação da Lei Nº 13.935/2019, foi promulgada pelo Governo Federal e publicada no Diário Oficial da União (DOU), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Esta lei foi fruto do VI Congresso Nacional de Psicologia, que ocorreu em 2007, com o tema “Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão” e sistematizada no Seminário Nacional do Ano da Educação em 2009 (BRASIL, 2019).

Essa possível e necessária presença do profissional de psicologia na Educação Básica trouxe à tona diversas polêmicas envolvendo a Psicologia e a Educação, cujas raízes históricas sustentam-se na prática das duas áreas, referem-se ao processo de ensinar e aprender. Assim, compreende-se que, propor a atuação do Psicólogo (a) no âmbito escolar é estabelecer um compromisso ético, político e

social, construindo uma reflexão crítica sobre o exercício do profissional na Educação Básica de ensino público (CFP, 2019)

A obrigatoriedade da presença deste profissional nas redes de ensino, possibilita a capacidade que o Psicólogo tem de manter em exercício redes de atenção à vida, redes que estejam evidenciadas nas potencialidades dos indivíduos, no acompanhamento do desenvolvimento de cada criança de forma única e das ações preventivas. Trabalhando ainda a relação permanente entre professor, aluno e família, estando sempre pronto a desempenhar trabalhos com estas equipes no seu cotidiano. O trabalho deve ser coletivo, toda a escola deve estar envolvida neste processo da psicologia e a educação (CFP, 2019).

Dessa forma, o Psicólogo Escolar tem como principal função, no processo de ensino-aprendizagem, fazer uma análise crítica a partir das condições histórico-sociais determinadas, envolvendo diferentes aspectos do processo de escolarização: relações familiares, grupos de amigos, práticas institucionais e contexto social. Logo, a análise das práticas escolares é exercida principalmente nas relações institucionais, considerando o contexto sociohistórico no qual é produzido esse processo de escolarização (CFP, 2019).

Diante o exposto, e considerando as transformações positivas na atuação do Psicólogo Escolar ao longo do tempo, como fruto de um processo histórico dinâmico, este trabalho objetiva identificar os desafios contemporâneos do Psicólogo Escolar para exercer seu papel nas instituições de ensino públicas brasileiras.

METODOLOGIA

A pesquisa foi classificada como bibliográfica e exploratória. Segundo Barros (2000) essa é pesquisa realizada a partir da observação de referências teóricas já analisadas, e explanadas por meios eletrônicos e escritos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. No presente trabalho utilizamos como método a pesquisa qualitativa, busca-se esclarecer o porquê de determinadas coisas, revelando o que cabe ser feito, assim sendo preocupando-se com os fatores da realidade que não podem ser quantificados (TRIVINOS, 1990).

Foram utilizados na pesquisa artigos em indexadores digitais aplicando os seguintes descritores de busca: psicologia escolar, psicólogo escolar e atuação do psicólogo escolar, que foram feitos separadamente pois assim obtivemos um número maior de resultados. As fontes utilizadas para a pesquisa foram as plataformas científicas Scielo, PePSIC, LILACS. Com base nos descritores foram encontrados 94 artigos relacionados que a princípio abordavam o tema em questão, porém, após leitura flutuante selecionamos 10 artigos priorizando as produções acadêmicas a partir de 2009 e considerando os seguintes conteúdos: a) o fazer do psicólogo escolar; b) a importância do psicólogo escolar; c) o psicólogo e a psicologia escolar nas instituições de ensino públicas; d) concepção dos alunos, professores e gestores sobre a psicologia escolar.

Como procedimento de análise de conteúdo, utilizaremos a técnica de Bardin, que consiste no grupo de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, objetivos e sistemáticos de exposição do conteúdo das mensagens, indicadores (sendo ou não quantitativos) que possibilitem a conclusão de conhecimentos referente às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977). A pesquisa foi desenvolvida como estudo tendo como referência a atuação do Psicólogo Escolar nas instituições de ensino públicas brasileiras, associando aos elementos da Lei N°13.935/2019.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a construção deste trabalho foi realizada uma pesquisa de artigos relacionados ao tema na atualidade em consonância com a Lei N°13.935/2019. Observou-se que os artigos encontrados relacionados a temática ainda não englobam de forma ativa da participação da lei em seu contexto, porém, abordam seus elementos como possível transformação para que esta lei viesse a ser aprovada, disponíveis na (tabela 1). Diante dessa realidade, os artigos foram utilizados como ferramenta de discussão sobre a atuação do profissional de Psicologia nas instituições de ensino públicas brasileiras utilizando como parâmetro a Lei que insere esse profissional obrigatoriamente nesse contexto a partir de 2019.

Os artigos analisados foram categorizados de acordo com o ano de publicação, que varia de 2009 a 2019.

	Título do Artigo	Autor	Nome da Revista	Período de Publicação
Artigo 1	Psicólogo e escola: a compreensão de estudantes do ensino fundamental sobre esta relação	Izabella Mendes Sant'Ana Antonio Euzébios Filho Fernando Lacerda Junior Raquel Souza Lobo Guzzo	SEMESTRAL (ABRAPEE)	2009
Artigo 2	Contribuições da atuação do psicólogo escolar na educação inclusiva: Concepções de professores e diretores	Izabella Mendes Sant'Ana	VERTENTES (UFSJ)	2011
Artigo 3	Atuação do psicólogo escolar na rede pública de ensino: Concepções e práticas	Lucilaide Galdino de Medeiros Fabiola de Sousa Braz Aquino	Psicologia Argumento	2011
Artigo 4	Concepções de professores sobre a temática das chamadas dificuldades de aprendizagem	Jáima Pinheiro de Oliveira Sabrina Antunes dos Santos Patrícia Aspilicueta Gilmar de Carvalho Cruz	Revista Brasileira de Educação Especial	2012
Artigo 5	Psicologia na educação: panorama da psicologia escolar em escolas públicas de Goiânia	Larissa Goulart Rodrigues Regina Lúcia Sucupira Pedroza	INTER-AÇÃO (UFG)	2012
Artigo 6	Psicologia Escolar: O desafio da prática preventiva diante das expectativas distorcidas da comunidade escolar	Nilza de Matos Presto Karen Cristina Alves Lamas	Revista de trabalhos acadêmicos (UJF)	2016
Artigo 7	Psicologia Escolar na concepção de professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental	Caroline Benezath Rodrigues Bastos Simone Chabudee Pylro	Psicologia Escolar e Educativa	2016
Artigo 8	O papel do psicólogo escolar: Concepções de professores e gestores	Nara Liana Pereira-Silva Jaqueline Ferreira Condé de Melo Andrade Sarah Rezende Crolman Cristina Fuentes Mejía	Psicologia Escolar e Educativa	2017

Artigo 9	O fazer do psicólogo escolar nas instituições educacionais	Teixeira, L. H. O	Educação em Foco	2018
Artigo 10	Psicologia Escolar na escola pública: Desafios para a formação do psicólogo	Ana Ignez Belém Lima Nunes Artur Bruno Fonseca de Oliveira Aline Guilherme de Melo	Psicologia da Educação	2019

Tabela 1: artigos acadêmicos levantados

A seguir apresentaremos os resultados dos artigos levantados de acordo com as categorias estabelecidas pelo trabalho, destacando as atuações do profissional de psicologia no contexto escolar.

a) O fazer do Psicólogo Escolar

Percebe-se que a prática do Psicólogo Escolar está vinculada diretamente a subjetividade existente no seu local de trabalho. O artigo 9 enfatiza que o psicólogo escolar deve oferecer ao professor acesso ao conhecimento psicológico para que possa existir uma construção de conhecimento, possibilitando a intervenção com os alunos (TEIXEIRA, 2018).

Dessa forma, Viana e Francischini (2016) discorrem sobre a tarefa que este profissional tem de através dos seus conhecimentos práticos e teóricos utilizar estratégias que envolva toda a equipe educativa, a fins de trabalhar aspectos emocionais relacionados ao desenvolvimento afetivo do aluno, para que assim o mesmo adquira novos conhecimentos resultando em seu desenvolvimento escolar. Portanto, quando falamos de dar acesso ao professor em relação ao conhecimento psicológico, estamos falando de um trabalho multidisciplinar pautado nos fatores essenciais para o aprendizado daquele aluno.

Trata-se ainda, de uma prática profissional que exige uma práxis contextualiza que compreende dialeticamente a existência de um contexto cognitiva, afetivo e social, envolvendo trabalhos em grupos, organizações e familiares. Ou seja, uma ação que deve considerar todas as possibilidades de interferências na vida daquele sujeito. No artigo 3 e 6, esta prática está vinculada ao trabalho com os professores, familiares e alunos. São realizados mediações interpessoais, visitas domiciliares, escuta

individual, encaminhamentos e psicoterapias breve (MEDEIROS; AQUINO, 2011., PRESTO; LAMAS, 2016).

Dito isso, Santos e Gonçalves (2016) explicam que é através dessas práticas integrativas do Psicólogo Escolar em todo contexto que envolve o aluno realizando trabalhos interpessoais no ambiente escolar, familiar e comunitário que é estabelecido novas perspectivas sobre a aprendizagem do aluno refletindo dessa forma, na produção escolar.

Nota-se no artigo 2 que atividades relacionadas a este profissional, podem oferecer suporte aos professores por meio da coleta de dados das crianças que apresentam dificuldades, podendo ainda verificar quais as possíveis variáveis que estão desencadeando esses tipos de comportamentos, para que por fim possa desenvolver planos de intervenção e estratégias (SANT'ANA, 2011).

Diante isso, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRapee) apontam que este profissional pode realizar sim intervenções preventivas com gestores e professores responsáveis pelos alunos, pois, através da orientação do psicólogo, o corpo acadêmico será orientado a elaborar planos de ação corretivos diante a situação problema apresentada pelo aluno ou pela escola (CFP, 2013).

Outro ponto observado é abordado no artigo 5 onde o Psicólogo Escolar que assume o compromisso dessa profissão, deve realizar seu trabalho de acordo com a realidade brasileira, ou seja, compreender todos os aspectos que circundam o indivíduo em fase de escolarização. É necessário considerar os aspectos sociais, históricos, geográficos, econômicos e familiares (RODRIGUES; PEDROZA, 2012).

De acordo com Teixeira (2018) o Psicólogo Escolar neste contexto, deve expandir sua visão para além dos muros da escola, e são nessas condições que ele deverá atuar. Mediante esse olhar, a partir da visão do indivíduo como um todo, sendo necessário prever algumas políticas públicas que garanta aquele aluno todos os direitos educacionais de acordo com suas necessidades contextuais.

Ainda, de acordo com o artigo 1, pode-se acrescentar que a atuação do Psicólogo Escolar deve ser abrangente, trabalhando junto com a comunidade, buscando

sempre desconstruir quais quer preconceitos existentes em relação ao indivíduo que não aprende (SANT'ANA et al., 2009).

Conforme Menegotto e Fontoura (2015) o artigo traz a importância de o profissional desta área fundamentar seu trabalho na autonomia, uma vez que esta possa ser responsável por moldar o desenvolvimento humano, manter o foco em conhecer o aluno, as expressões e sentimentos que o envolvem como também conhecer os diferentes diálogos expressos por esse sujeito na escola. Para tanto, defender a autonomia do profissional de psicologia que atua na área escolar é ter uma perspectiva rumo as transformações sociais existentes entre as práticas educativas e as demandas do sujeito.

b) A importância do Psicólogo Escolar

No Brasil, a atuação do Psicólogo Escolar até 2019 ainda não era obrigatória nas escolas públicas. Dessa forma, não existem muitos modelos de atuação do profissional tão específicos na rede de ensino até o momento. São através dos poucos profissionais atuantes nesse contexto até hoje, que o artigo 9 fala da importância que o profissional de psicologia tem de produzir reflexão de acordo com as mudanças sociais e históricas. Além do seu trabalho de avaliação e intervenções psicológicas escolares, o que se faz necessário e fundamental é a produção de consciência e reflexão no âmbito escolar (TEIXEIRA, 2018).

Guzzo et al. (2010) discorre que essa explicação se dá através dos trabalhos desempenhados por este profissional envolvendo os mais diversos fragmentos pertencentes da escola: alunos, pais, professores, funcionários e a comunidade. Pois muitos alunos apresentam questionamentos que não são necessariamente escolares, porém, estes por diversas vezes impactam no âmbito escolar, portanto, é necessário trabalhar com estes alunos fora do ambiente escolar, agindo de forma transformadora, pontuando os principais problemas e solucionando-os para então possibilitar um desenvolvimento cognitivo, humano e social de todo corpo escolar.

Nota-se no artigo 3 que a área da Psicologia Escolar tem se desenvolvido nos últimos anos, e esse fato traz à tona um aspecto importante sobre a atuação desse profissional. Antes pautado em um modelo clínico de atuação, hoje, o profissional de

psicologia que trabalha nas escolas deve buscar novos horizontes que desmitifiquem o antigo modelo individualista e médico que ainda reflete pelos corredores da escola (MEDEIROS; AQUINO, 2011).

É nesse contexto que Viana e Francischini (2016) mencionam a importância que o Psicólogo Escolar tem de romper padrões tradicionais, desmitificar rótulos e inovar a sua prática profissional, através de pesquisas e inovações no seu campo de atuação, demonstrando que seu trabalho hoje, é pautado cientificamente em teoria e prática profissional. Pois somente desta forma que o modelo clínico ainda visto hoje em nossa prática, será desconstruído.

Com base no artigo 2, o Psicólogo Escolar tem a importância de promover o bem-estar de todos os indivíduos no contexto escolar, favorecendo o desenvolvimento psicológico em busca de promover um ensino-aprendizagem saudável, sem qualquer existência de exclusão social. Dito isso, é importante destacar que no processo de aprendizagem o aluno sofre interferências de diversos fatores, estas configuradas como psicológicas, físicas, sociais, culturais, políticas, econômicas e entre outros aspectos (SANT'ANA, 2011).

Santos e Gonçalves (2016) embasam que quando falamos de desenvolver um ensino-aprendizagem saudável pautado no bem-estar do aluno estamos se tratando de avaliar todos os aspectos mencionados anteriormente da vida deste indivíduo, pois são nestas condições produzidas por estes contextos que nasce a exclusão que tem causas psicológicas e é dever do Psicólogo Escolar produzir contexto preventivo para eliminar sua existência.

c) O Psicólogo e a Psicologia Escolar nas Instituições de Ensino Públicas

Compreende-se no artigo 5 que a escola pública é campo congruente à atuação do psicólogo escolar socialmente comprometido. Nesse espaço, ele poderá expor a confirmação de seu comprometimento com as classes populares, participando para melhorar a qualidade da educação que lhes é ofertada. Destacando-se que ainda são poucos os psicólogos que atuam nas redes públicas de educação e, vários dos que atuam, o fazem de forma precarizada. Tal quadro deve-se aos obstáculos enfrentados por tais profissionais à frente da falta de clareza do papel do psicólogo

escolar, em virtude de convicções historicamente criadas nessa área (RODRIGUES; PEDROZA, 2012).

Conforme Moraes et al. (2019) o Estado passa a propor que a educação é direito de todos e assim após a Constituição Cidadã de 1988 o Estado passa a assumir responsabilidades com as demandas sociais respaldando as políticas públicas na área da educação. Fazendo assim com que a psicologia ganhe espaço na área, onde o profissional encontra obstáculos para desenvolver suas atividades de forma eficaz, tanto devido à falta de conhecimento por parte da equipe da instituição em relação ao seu papel quanto a precariedade das instituições em recursos para sua atuação

Verifica-se no artigo 10 que as práticas do psicólogo no ensino público, em algumas perspectivas, podem ser diferenciadas da prática no ensino particular, pois nas instituições públicas, há oportunidade de ser trabalhado, de modo mais acessível, os temas sociais, políticos e ideológicos, fazendo disso um meio para se atingir maior motivação dos agentes do ambiente escolar. Assim, auxiliamos a perceberem a educação como recurso mediatizado de transformação social e do homem como sujeito histórico (NUNES et al., 2019).

É importante pontuar as subjetividades e realidades existentes dentro das escolas públicas que são característicos de um meio social menos favorecido. Dificilmente é possível realizar tais debates em escolas particulares pois em sua maioria os frequentadores não compartilham das realidades das camadas mais populares, conforme Menegotto e Fontoura (2015) a crítica realizada por Patto (1981) em relação ao campo levaram a pensamentos que possibilitaram uma ruptura entre a psicologia e a escola, por acreditar que deve se dar importância ao contexto social em que o indivíduo está inserido para que ocorra uma avaliação psíquica mais eficaz.

Com base no artigo 8 em 2017 utilizando-se de uma entrevista semiestruturada e um questionário sóciodemográfico, a entrevista teve como essência o questionamento “Qual é o papel do Psicólogo Escolar”. Nesta categoria foram inseridas as falas/relatos que caracterizaram o psicólogo escolar em função de suas atividades voltadas aos segmentos dentro da escola. Nos resultados a temática se

mostra com maior repetição de relatos, evidenciando que o psicólogo na instituição é melhor reconhecido por sua atuação individualizada junto aos alunos. As narrativas representando a ação do psicólogo incluso aos professores e à família ocorreram em menor frequência. A atuação junto à família foi expressa nos relatos de que o psicólogo escolar pode conversar e apoiar à família em assuntos que se referem a seus filhos (PEREIRA-SILVA et al., 2017).

Observa-se que o papel do profissional de psicologia nas instituições de ensino ainda não foi exposto de forma correta perante aos demais profissionais da área da educação. Isso pode vir a dificultar de forma significativa a atuação o psicólogo no seu dia a dia conforme Guzzo et al. (2010).

Nota-se no artigo 7 que os resultados apontam no que se diz respeito a provável atuação do psicólogo escolar junto ao aluno, em maior parcela de respostas (53,3%) expôs que, na opinião dos docentes, está atuação deve acontecer com os alunos que dispõem de problemas (nos mais variados âmbitos) além de crianças com deficiência onde inclui-se algum tipo de déficit, transtorno, síndrome ou distúrbio. O resultado assente perceber, no que se refere ao determinado grupo, que o psicólogo escolar atuaria maioritariamente próximo aos alunos com algum grau de dificuldade (RODRIGUES; PYRLO, 2016).

Por intermédio da análise das concepções de Santos e Gonçalves (2016) a visão que a muito tentamos desmistificar do modelo individualista e médico ainda está presente dentro da escola. Mostrando dessa forma, a importância em romper certos padrões tradicionais e inovar na prática profissional do psicólogo.

d) Concepção dos alunos, professores e gestores sobre a Psicologia Escolar

No artigo 1 verifica-se que o profissional de psicologia foi percebido pela equipe escolar como profissional relativo à figura de apoio, do confidente e amigo, sendo ligado às ideias de solidariedade, empatia e sigilo. Onde compete a este profissional exercer atividades de atendimento individual ao estudante, palestras e trabalhos coletivos com os alunos, atividades voltadas aos professores, orientação vocacional e encaminhamentos. Concluindo, que a atuação do psicólogo foi considerada remediativo (SANT'ANA et al., 2009).

Nota-se que a atuação do psicólogo está voltada ao apoio e atenuação das situações. Segundo Guzzo et al. (2010) o profissional irá buscar o desenvolvimento emocional, social e cultural através da intervenção entre aluno, escola, família e comunidade, além de trabalhar os aspectos cognitivos, em busca da promoção da aprendizagem e do desenvolvimento escolar de crianças

Ainda no artigo 1, para as crianças das séries primárias do ensino fundamental, a presença do o psicólogo escolar é importante e necessário, sendo notado como profissional que dialoga sobre as mais variadas questões da vida em favorecimento nas relações escolares, familiares e sociais. Provavelmente, tal visão está associada à vivência presente dos estudantes com a equipe do serviço de psicologia atuante na escola nos últimos 3 anos. O contato dos alunos com a equipe sucedeu semanalmente e as práticas envolveram, conversas individuais e em grupo, em espaços diferenciados da escola, em salas de aula ou ambientes reservados e nos intervalos dos alunos (SANT'ANA et al., 2009).

Dessa forma notamos que os alunos apesar da pouca idade possuem um conceito mais congruente no que tange a atuação do psicólogo dentro da escola, mesmo não possuindo informações mais profundas sobre o papel do psicólogo. Observa-se que mesmo após o período de 3 anos de atuação na escola ainda é necessária maior disseminação a respeito da atuação do psicólogo nas escolas. Podemos concluir que a presença dos psicólogos escolares em instituições de ensino nas séries iniciais direcionam as crianças ao pensamento mais crítico e construtivo em relação a atuação e importância do psicólogo (GUZZO et al., 2010)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o exposto conclui-se, que a presença do Psicólogo Escolar nas instituições de ensino públicas brasileiras é um processo histórico, social e cultural que teve início nos séculos passados e sua trajetória marcada por diversos acontecimentos importantes que são considerados hoje, o alicerce para a origem dessa prática profissional. Este desafio findado anos atrás causando a ruptura com o modelo médico da nossa profissão, fez com que hoje o profissional de psicologia que atua no âmbito escolar veja para além do que é mensurável e desbrave rumo a

subjetividade de cada indivíduo propiciando dessa forma, um ensino–aprendizagem saudável.

É significativo salientar que sempre foi um desavio a atuação do Psicólogo Escolar nas redes de ensino públicas, pois este ainda é visto pela comunidade escolar e demais sociedade como um profissional fundado em práticas clínicas, contudo, após a aprovação recente da Lei N°13.935/2019 que garante a obrigatoriedade desse profissional nas escolas, acreditamos que uma nova visão será construída sobre a prática desta profissão tão importante para a formação acadêmica e humanitária.

Por fim, destacamos a importância da produção de novos materiais científicos para pesquisa já inserindo a aprovação da Lei N°13.935/2019, com o intuito de esclarecer as principais funções deste profissional. Para tanto, mediante este trabalho atingimos os objetivos propostos na certeza de que para nós ficou o aprendizado acadêmico, pessoal e futuramente profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, R. M. MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 393-402, jul./set. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n3/11.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70.ed. Lisboa: Portugal, 1977. 225p.

BARBOSA, D. R. Contribuições para a Construção da Historiografia da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 32, n. esp., p.104-123, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500008>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BARBOSA, D. R. SOUZA, M. P. R. Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 163-173, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000100018&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BARROS, A. J. S. LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica**. 2ª.ed. São Paulo, 2000.

BASTOS, C. B. R. PYLRO, S. C. Psicologia escolar na concepção de professores de educação infantil e ensino fundamental. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 3, p. 475-482, set./dez. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572016000300475&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Decreto-lei n.º 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. **Diário Oficial da União (DOU)**. Brasília, DF, 12 dez. 2019. Seção 1, p. 8.

BASSANI, E. PINEL, H. Notas sobre a contribuição da obra de Maria Helena Souza Patto em um Programa de Pós-Graduação em Educação. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 551-568. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pusp/v22n3/aop1911_Bassani.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

CASSINS, A. M. et al. Manual de Psicologia escolar – educacional. In: IX Plenário CRP-08, 2007, Curitiba. **Coletânea ConexãoPsi**. Curitiba: Gráfica e Editora Unificada 2007. Disponível em: <<https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2019/05/157.pdf>>. Acesso em: 5 mai. 2020.

CFP. Referências técnicas para atuação de Psicólogas (os) na educação básica – 2.ed. In: **XVII Plenário**, CFP, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-na-educacao-basica/>>. Acesso em: 2 mai. 2020.

CFP. Referências técnicas para atuação de Psicólogas (os) na educação básica 1.ed. In: **XV Plenário**, CFP, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Refer%C3%A2ncias-T%C3%A9cnicas-para-Atua%C3%A7%C3%A3o-de-Psicologas-os-na-educac%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

COTRIN, J. T. D. **Itinerários da Psicologia na Educação Especial: uma leitura histórico-crítica em Psicologia Escolar**. (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. 250p.

DIAS, A. C. G. et al. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: Algumas reflexões. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 105-111, jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pee/v18n1/v18n1a11.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2020.

GUZZO, R. S. L. et al. Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. esp.p. 131-141, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500012#nt>. Acesso em: 28 abr. 2020.

PRESTO, N. M. LAMAS, K. C. A. Psicologia escolar: O desafio da prática preventiva diante das expectativas distorcidas da comunidade escolar. **Revista de trabalhos acadêmicos – Universo Juiz de Fora**, Minas Gerais, v. 1, n. 3, 2016. Disponível em:

<<http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1JUIZDEFORA2&page=article&op=view&path%5B%5D=3709>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

MEDEIROS, L. G. AQUINO, F. S. B. Atuação do psicólogo escolar na rede pública de ensino: Concepções e práticas. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 29, n. 65, p. 227-236, abr./jun. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20377>>. Acesso em 14 abr. 2020.

MENEGOTTO, L. M. O. FONTOURA, G. P. Escola e Psicologia: Uma História de Encontros e Desencontros. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 377-385, mai./ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572015000200377&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 21 abr. 2020.

MORAES, C. M. et al. Políticas educacionais e psicologia: uma revisão da literatura. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 228-254, set./dez. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872019000300007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 1 mai. 2020.

NUNES, A. I. B. L. et al. Psicologia escolar na escola pública: desafios para a formação do psicólogo. **Psicologia da Educação. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 1, n. 48, p. 3-11. 2019. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n48/n48a02.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

OLIVEIRA, J. P. et al. Concepções de professores sobre a temática das chamadas dificuldades de aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 1, p. 93-112, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000100007>. Acesso em: 28 abr. 2020.

PASQUALINI, M. G. et al. Atuação do psicólogo escolar na perspectiva de proposições legislativas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 15-24, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572013000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 abr. 2020.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia: reflexões sobre a psicologia escolar**. (Tese de doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

PEREIRA-SILVA, N. L. et al. O papel do psicólogo escolar: Concepções de professores e gestores. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 407-415, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-85572017000300407&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 abr. 2020.

RODRIGUES, L. G. PEDROZA, R. L. S. Psicologia na educação: panorama da psicologia escolar em escolas públicas de Goiânia. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v.

37, n. 2, p. 381-396, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/viewFile/13088/12430>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

SANT'ANA, I. M. Contribuições da atuação do psicólogo escolar na educação inclusiva: Concepções de professores e diretores. **Vertentes (UFSJ)**, p. 26-38, 2011. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%202/lzabella_Mendes.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

SANT'ANA, I. M. et al. Psicólogo e escola: a compreensão de estudantes do ensino fundamental sobre esta relação. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 13, n. 1, p. 29-36, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v13n1/v13n1a04.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

SANTOS, J. V. GONÇALVES, C. M. Psicologia Educacional: Importância do psicólogo na escola. 2016. In: Psicologia. PT, **O Portal dos Psicólogos**, Portugal, 2016. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1045.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

SILVA, N. L. P. et al. O papel do psicólogo escolar: Concepções de professores e gestores. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 407-415, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-85572017000300407&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15 abr. 2020.

TEIXEIRA, L.H.O. O fazer do psicólogo escolar nas instituições educacionais. **Revista Educação em foco**, Juiz de Fora, v. 10, p. 116-122, 2018. Disponível em: <http://portal.unisepe.com.br/unifia/wpcontent/uploads/sites/10001/2018/08/011_O-FAZER-DO-PSICOLOGO-ESCOLAR-NAS-INSTITUI%C3%87%C3%95ES-EDUCACIONAIS.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1990.

VIANA, M. N. FRANCISCHINI, R. **Psicologia Escolar: que fazer é este?** 2016. In: Conselho Federal de Psicologia (CFP), Brasília, 2016. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-escolar-que-fazer-e-esse/>>. Acesso em: 20 mai., de 2020.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar** – 14.ed. DP&A – Rio de Janeiro, LAMPARINA, 2001.